

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES SOBRE AS ATITUDES CORPORAIS DAS FEMINISTAS NO CAMPO DO PATRIMÔNIO IMATERIAL

Carmen Lucia Ribeiro Pereira

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Memória Social (UNIRIO).
carmenpereira2002@yahoo.com.br

Evelyn Orrico

Profa. Associada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social (UNIRIO), Brasil.
evelynorrico@unirio.br

Resumo: A presente comunicação pretende relacionar uma reflexão sobre a categoria corpo e suas articulações ao campo do patrimônio com a luta das feministas a partir do que se considera a 2ª onda do Movimento feminista. Admite a constatação de Bourdieu (apud GOLDENBERG, 2012) sobre o corpo ser um bem simbólico e que as atitudes corporais, consideradas como naturalmente ‘naturais’, são, na verdade, naturalmente ‘cultivadas’. Admite ainda, a partir de Freyre (1987, apud GOLDENBERG, 2010a), que as modas e os modismos poderiam se tornar modas de pensar, de sentir, de crer, de imaginar, e assim, subjetivas, influírem sobre as demais modas. Parte-se da suposição de que o conceito de patrimônio imaterial, historicamente construído, se aplica à compreensão do corpo como expressão de resistência pelo movimento feminista, reconhecendo-o como um importante valor na cultura brasileira.

Palavras-chave: Patrimônio – memória – corpo

Abstract

This communication is intended to relate a reflection on the category body and your joints to the field of heritage with the struggle of feminists from what is considered the second wave of the feminist movement. Admits the finding of Bourdieu (cited Goldenberg, 2012) about the body being a symbolic good and that body attitudes, naturally regarded as 'natural', are actually

naturally 'grown'. Admits even from Freyre (ANO reference), that the fashions and fads could become fashions of thinking, feeling, believing, imagining, and thus subjective, have an effect on other fashions. It starts with the assumption that the concept of intangible heritage, historical construction, applies to the understanding of the body as an expression of resistance by the feminist movement, recognizing it as an important value in Brazilian culture.

Introdução

A Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (UNESCO, 2003) foi nossa inspiração para a elaboração deste trabalho, pois entende o patrimônio cultural imaterial como práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural.

Ainda sob a inspiração da Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (UNESCO, 2003) observamos que o patrimônio cultural imaterial “se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana”. Nesse sentido, o discurso construído pelas feministas manifesta-se por práticas de exposição ou uso do corpo que constroem práticas simbólicas de resistência. Assim, se faz necessário discutir as articulações possíveis do conceito de patrimônio cultural à problemática da memória.

Nosso objetivo, nesta reflexão, em primeiro lugar visa enfrentar alguns desafios teóricos e metodológicos, tomando como ponto de partida o patrimônio como categoria de pensamento (GONÇALVES, 2009) para compreender as práticas do feminismo que utilizam o corpo como resistência e transgressão, em oposição a instrumento de sedução, abrangendo a materialização das memórias de um segmento social como um campo em que se desenham as

lutas cotidianas¹. Com isso, tomamos a qualificação de patrimônio imaterial ou intangível, tendo em vista a ênfase que recai nos aspectos ideais e valorativos de determinadas formas de vida. (GONÇALVES, 2009, p.28).

Em segundo lugar, a presente reflexão tem ainda o objetivo de ampliar a pesquisa que vimos desenvolvendo no projeto no Programa de Pós-Graduação em Memória Social (Unirio) sobre a memória do movimento feminino no Brasil a partir da década de 80, estabelecendo um elo entre o papel da ciência e da imprensa nessa construção, sob o enfoque teórico e metodológico da Análise de Discurso francesa (AD), visando utilizar o discurso como fonte de análise do uso do corpo das feministas como construção de práticas simbólicas de resistência. Não é nosso propósito, nos limites desta reflexão, aproximarmos o campo do patrimônio da AD, embora tenhamos identificado marcas discursivas que revelam as práticas corporais das feministas como discursos de resistência. Um exemplo indicativo do que poderá ser observado em outros trabalhos é o comunicado à imprensa emitidos pelas organizações feministas após a manifestação da Rio+20, pelo qual declaram que na passeata “desnudamos nossos corpos para expressar politicamente nossa indignação e protesto”.

Diante do exposto, vamos iniciar nossa reflexão sobre a categoria patrimônio no mundo moderno, a partir do pensamento de José Reinaldo Gonçalves, que, tendo em vista o contexto histórico e cultural brasileiro, enfatiza os aspectos ideais e valorativos das formas de vida. O elo entre as categorias patrimônio e corpo é a memória que se situa no campo de lutas e de relações de poder, que possibilita relacionar as duas categorias, configurando um embate entre lembrança e esquecimento. Isso nos permite, a seguir, tomar a categoria corpo construída por Mirian Goldenberg, que, focalizando a discussão de gênero, nos permite salientar as características que as feministas utilizam para pensar e usar o corpo não só como forma de resistência e transgressão, mas em última instância como símbolo de suas lutas. O nosso fio condutor se dá a partir de Gonçalves e Goldenberg que adotam Marcel Mauss que, em seu projeto sociológico, procura compreender como se constitui a vida social e como essa pode ser conhecida através de suas próprias peculiaridades.

O corpo como patrimônio imaterial

¹ Não é nosso propósito pleitear a salvaguarda do corpo das mulheres como patrimônio cultural.

O campo do patrimônio cultural no Brasil foi radicalmente alterado a partir do Decreto 3551, de 4 de agosto de 2000, que instituiu o inventário e o registro do denominado patrimônio cultural imaterial ou inatingível, pondo em cena antiga preocupação de alguns intelectuais brasileiros. Até então predominava um tipo de atuação preservacionista, voltada prioritariamente para o tombamento dos chamados *bens de pedra e cal*. (ABREU, 2009, p. 13) A valorização do patrimônio imaterial tem como referência, no âmbito internacional, a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, de 2003, que aborda o patrimônio cultural a partir de duas vertentes: o patrimônio cultural imaterial e o patrimônio cultural material e natural. E também o documento Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular, de 1989².

No Brasil, a ideia de preservação do patrimônio imaterial remonta à década de 30, com a elaboração do Anteprojeto de Proteção do Patrimônio Artístico Nacional por Mario de Andrade. Esse anteprojeto propunha a criação de um órgão no Ministério da Educação, mais especificamente o Serviço do Patrimônio Artístico Nacional (SPHAN), com o objetivo de “determinar, organizar, conservar, defender e propagar o patrimônio artístico nacional”. O conceito de patrimônio cultural adotado por Mario de Andrade era bastante amplo e envolvia tanto os monumentos e bens históricos e arqueológicos quanto as manifestações da cultura popular e indígena, como: músicas, contos, lendas, medicina, culinária e outros. Inovador, visionário, considerado avançado para a época, tanto nacional quanto internacionalmente, serviu de referência à elaboração do Decreto-Lei n.25/37, responsável por organizar a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, que, por sua vez, não enfatizou a proteção das expressões da cultura popular e indígena na mesma medida que o Anteprojeto escrito pelo poeta paulista.

O tema da proteção do patrimônio imaterial retorna na década de 1970 por meio de iniciativas e ações experimentais de registros do Centro Nacional de Referência Cultural e pela Fundação Nacional Pró-Memória. Um trabalho mais efetivo e sistemático nesse sentido só foi possível a partir da Constituição de 1988 que, seguindo a tendência internacional, identifica formalmente os bens imateriais como parte do patrimônio cultural da nação. A Carta Magna

² Esses documentos surgiram no âmbito da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) como uma reação ao documento da Convenção Relativa a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural de 1972, que restringe o conceito de patrimônio cultural a monumentos, conjuntos arquitetônicos e sítios urbanos e naturais. (BELAS, 2004, p. 11)

abriu espaço para as expressões da cultura popular e para os bens imateriais. Mas só mais recentemente houve uma efetiva retomada das discussões em torno dessa nova agenda patrimonial, quando se coloca em marcha um novo conceito de patrimônio cultural. (ABREU, 2009, p. 14)

Para a compreensão do patrimônio como categoria de pensamento, que envolve vários sentidos, José Reginaldo Gonçalves (2009, p. 25) diz que a nossa tarefa consiste em verificar em que medida ela está presente em sistemas de pensamentos não modernos ou tradicionais³ e quais os contornos semânticos que ela pode assumir em contextos históricos e culturais distintos. A palavra patrimônio está entre as que usamos com mais frequência no cotidiano. No senso comum remete à herança familiar (tradição) e seus bens (propriedade) com a função de preservação (tombamento). “Parece não haver limite para o processo de qualificação dessa palavra”, diz Gonçalves que se utiliza de alguns sentidos do senso comum para construí-la como categoria de pensamento. Entre elas a ideia de propriedade seja ela material ou espiritual, econômica ou simbólica, vinculadas à ideia de preservação.

Na qualidade de categoria, patrimônio deve ser pensado historicamente, pois seu sentido varia no tempo e no espaço. Muitos estudos afirmam que sua concepção moderna foi constituída junto com os processos de formação dos Estados nacionais. Mas isso não permite que se diga que é uma invenção moderna, pois está presente no mundo clássico e na Idade Média. “A modernidade ocidental apenas impõe os contornos semânticos específicos assumidos por ela. Podemos dizer que a categoria ‘patrimônio’ também se faz presente nas sociedades tribais.” (GONÇALVES, 2009, p. 26) Sem entrar na discussão sobre o conceito de Estado⁴, é importante não perder de vista que patrimônio é um conjunto de objetos (materiais ou não) investidos de valores (frutos de processos conflituosos), e que são produtos de práticas específicas engendradas pelas instituições no interior dos Estados. (SILVA, 2010, p.39) No processo de valoração (patrimonialização), o bem passa a ter duplo valor – material (mercado) e simbólico (afetivo). “Sem a identificação de um valor qualquer, seja este mágico, econômico, artístico, histórico, científico, afetivo, cognitivo, a preservação não será deflagrada, ainda que exista o perigo de destruição”. (CHAGAS, 2005, p. 119)

³ GONÇALVES (2009, p. 26) alerta que a categoria patrimônio, por sua importância para a vida social e mental de qualquer coletividade humana, não se restringe às modernas sociedades ocidentais.

⁴ Com isso, não cabe nos limites dessa reflexão abordar a retórica da perda. (GONÇALVES, 2002)

Sobre patrimônio imaterial ou intangível, Gonçalves (2009, p. 28) explica que essa nova qualificação foi construída em oposição ao chamado patrimônio *de pedra e cal* e a ênfase recai nos aspectos ideais e valorativos dessas formas de vida (lugares, festas, religiões, dança, culinária etc.). Para ele, a iniciativa representa uma inovação e flexibilização nos usos da categoria patrimônio, particularmente no Brasil. Mas a distinção entre bens materiais e bens imateriais não é pacífica. “Trata-se de algo diferente do patrimônio cultural e que necessita ser elaborado do ponto de vista conceitual.” (OLIVEN, 2009, p. 82)

Diante desse cenário, tendo em vista a possibilidade de ampliação da conceituação do patrimônio cultural para além da temática sobre a identidade nacional e os limites da preservação e do tombamento, entre outros, nosso desafio é pensar como a categoria corpo (das mulheres) se articula com a de patrimônio imaterial.⁵ Antes, porém, é importante destacar o conceito antropológico de cultura que Gonçalves toma como suporte analítico: a noção de fato social total, tal como apontado por Marcel Mauss.

Entender o fato social é procurar vê-lo a partir da sociedade concreta, ou seja, tomando a dimensão social como realidade e não como abstração. Isso é possível, apenas, buscando-se neste contexto, os sujeitos sociais totais, aqueles que agem e comportam-se permeados por múltiplos valores, que, por sua vez, conformam suas ações. (TRIGUEIRO, 2003, p. 14) Pensando patrimônio como fato social total, a partir da noção de Mauss, Gonçalves procura atentar para suas múltiplas dimensões sociais e simbólicas, apontando, entre muitas características, algumas que são inerentes ao conceito moderno de patrimônio. São elas: ressonância (o bem precisa articular a ligação do presente com o passado), materialidade (mesmo que intangível ou imaterial) e subjetividades (GONÇALVES, 2005).

O foco de Gonçalves na construção da categoria de patrimônio é a “a possibilidade de transitar analiticamente com essa categoria entre diversos mundos sociais e culturais.” Essa possibilidade para a nossa compreensão do corpo das mulheres ser enquadrado na categoria patrimônio imaterial é importante, na medida em que, do ponto de vista dos modernos, a categoria patrimônio tende a aparecer com delimitações muito precisas. Mas o antropólogo alerta para a necessidade de adotarmos certas precauções. “É preciso contrastar cuidadosamente

⁵ No caso das feministas, a ênfase recai nas manifestações a favor das lutas feministas.

as concepções do observador e as concepções nativas”⁶. (p. 28).

Assim como Gonçalves, tomamos a noção de fato social total de Mauss para discutirmos a dimensão cultural do patrimônio encontrada nas categorias patrimônio e corpo.⁷ Entender o fato social é procurar vê-lo a partir da sociedade concreta, ou seja, tomando a dimensão social como realidade e não como abstração. Isso é possível, apenas, buscando-se neste contexto os sujeitos sociais totais, aqueles que agem e comportam-se permeados por múltiplos valores, que conformam suas ações. (TRIGUEIRO, 2003, p. 14)

A partir da compreensão de que patrimônio é um bem que porta valor devemos buscar possíveis articulações com a categoria de corpo das mulheres. Antes, porém, abordaremos a ligação da categoria patrimônio com a memória, pois além de ampliar a noção de patrimônio, poderá contribuir para pensarmos o corpo (das mulheres).

A relação do patrimônio com a memória no senso comum se dá pela tradição, conservação. No plano teórico, sob a ótica do esquecimento, discute-se a necessidade de instituir novas formas de preservação, de memorização e de arquivamento do mundo moderno. A categoria lugares de memória no sentido de Pierre Nora (1993) aponta para os lugares de memória nascendo da consciência de que não há memória espontânea. Para o historiador francês a razão fundamental de ser de um lugar de memória é bloquear o trabalho do esquecimento,

Para a nossa análise é importante somar a Pollak que diz que a referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, dando suporte para pensarmos a maneira como as feministas vêm utilizando o corpo. Além disso, ele explica que a memória funciona para definir e reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades.

Nos inspiramos em Nora e Pollak, clássicos do campo do memória, para pensar a relação do patrimônio com a memória, porque, sob o ponto de vista mais geral do projeto de pesquisa que vimos desenvolvendo, nossa preocupação é com o apagamento das lutas das

⁶ No nosso caso, ampliaríamos para as concepções das feministas.

⁷ Mauss nos ensina que, por intermédio da análise dos fatos sociais, a totalidade de uma cultura pode ser revelada e que é possível perceber a vida social como realidade total, onde não há preeminência de uma ou outra dimensão social, mas antes, todas estão presentes integradas e interagindo através dos atores sociais. (TRIGUEIRO, 2003, p. 15)

mulheres, isto é, com o discurso sobre as lutas feministas que é silenciado nas vozes das mulheres. E, também situamos a memória no campo de lutas, no plano particular desta reflexão, em que procuramos relacionar o uso do corpo pelo movimento feminista, como expressão de resistência e transgressão. Assim, o conceito memória discursiva, de J.J. Courtine (1999), que relaciona a memória a seu apagamento, deve contribuir para entendermos como funciona o discurso sobre a nudez feminina nas manifestações das feministas, tendo em vista os sentidos contidos no slogan “nosso corpo nos pertence”.

Mulheres: corpos aprisionados

Quando o movimento feminista criou a palavra de ordem “nosso corpo nos pertence” – referida sobretudo ao campo da sexualidade e da reprodução - houve a crítica quanto ao seu caráter liberal. Não se compreendia que isso poderia significar radicalidade na luta política e produção teórica sobre as relações sociais. (ÁVILA, M.B, 2001, p. 67) No entanto, ao afirmarem “nosso corpo nos pertence”, as feministas chamavam a atenção para o caráter objetual do corpo feminino, identificado como a face mais visível da subjugação das mulheres. (PORTELLA, 2009, p. 17) Quando o movimento gritava “nosso corpo nos pertence” almejava liberdade personificada no próprio corpo feminino. Se, por um lado, este corpo ganhou ou pelo menos tem avançado na conquista do direito de sentir e assumir o desejo e o prazer diante de uma sociedade que foi ensinada a negar esse direito às mulheres; por outro lado, as pesquisas constataam que é exatamente sobre este corpo que se constituíram as amarras. Nosso modelo de sociedade se apropriou das lutas das mulheres e as transformou em demandas de mercado. Hoje este corpo cobra e é cobrado. Quando refletimos sobre a valorização da estética em nossa sociedade, não há como negar que o mercado faz da beleza uma meta a ser perseguida por todas as mulheres. E é interessante perceber que foi justamente este corpo que se emancipou de antigas prisões sexuais procriadoras, entre outras, que passou a submeter-se a controles e coerções estéticas construídas, tais como a magreza e a juventude, que atualmente aprisionam e domesticam.

Diante desse cenário, fomos, então, buscar na categoria corpo, desenvolvida por Mirian Goldenberg⁸ as características para pensarmos como as feministas utilizam o corpo para

⁸ Procuramos resgatar, nos limites dessa reflexão, os principais pontos do seu projeto analítico para este tema através dos textos GOLDENBERG, 2005, 2006, 2007, 2010a, 2010b, 2011.

resistências e transgressões na qualidade de símbolo de suas lutas. Ela iniciou sua reflexão no livro *Nu & Vestido* (2002), focalizando a discussão de gênero.⁹ Estuda o corpo como valor identificador do indivíduo em determinado grupo para o distinguir de outros; além disso, discute o papel do corpo como uma importante forma de capital (físico, simbólico e social) na cultura brasileira. Busca mostrar os traços distintivos de uma cultura em que o corpo é elemento crucial na construção de uma identidade nacional, a partir das ideias de Gilberto Freyre, Marcel Mauss e Pierre Bourdieu. (GOLDENBERG, 2011, p. 545)

Ela verificou que o corpo é um valor e um capital para os segmentos das camadas médias cariocas¹⁰. Considerando que há cerca de duas décadas a antropóloga se dedica a refletir sobre as questões de gênero, chamou nossa atenção sua preocupação no que diz respeito a “atual ditadura da juventude e perfeição” do corpo feminino. (GOLDENBERG, 2010b, p.40) Nos inspiramos nessa afirmação para uma compreensão sobre as práticas do feminismo que utilizam o corpo como resistência e transgressão, em oposição a instrumento de sedução, ou ao que a antropóloga chama de modelo de corpo que, na cultura brasileira além de um capital físico, é também um capital econômico e um capital social. O ponto de partida foi sua pesquisa sobre a vida de Leila Diniz, ícone das décadas de 1960-1970, que levou-a a perceber que o corpo da atriz foi fundamental na construção de sua imagem como símbolo da mulher revolucionária. Foi a gravidez mais comentada do Brasil, fazendo do seu ventre um panfleto, pois foi a primeira grávida a expor a barriga ao sol, enquanto as mulheres de então escondiam suas barrigas em batas quando iam à praia. “A barriga grávida corporificou seus comportamentos transgressores”. (GOLDENBERG, 2010a, p. 42) Soma-se a esta atitude de exibir sua barriga na praia de Ipanema, o fato de ter engravidado sem ser casada, assumindo a maternidade como uma escolha livre e consciente. Leila foi considerada uma precursora do feminismo no Brasil, na medida em que influenciou decisivamente o comportamento das mulheres brasileiras, embora não defendesse explicitamente bandeiras do movimento feminista. “O corpo de Leila Diniz simbolizou a nova mulher que nascia no Brasil, em meio à repressão, ao controle e à censura”. (GOLDENBERG, 2010a, p. 44).

⁹ Ela explicita sua opção pelo conceito de gênero de Scott, porque rejeita o determinismo biológico e enfatiza o aspecto relacional das definições normativas da feminilidade e masculinidade. (GOLDENBERG, 2002, p. 34).

¹⁰ “a visão de mundo e o modo de vida desse segmento social têm um efeito multiplicador que vai muito além de seus limites de classe, o que sugere que ele pode ser útil para revelar em termos mais amplos as transformações experimentadas pela sociedade brasileira” (GOLDENBERG. 2011, p. 543)

A antropóloga toma Gilberto Freyre que, de forma pioneira e polêmica, pensou o corpo da mulher brasileira e suas transformações, sugerindo que as modas e os modismos não diziam respeito apenas às roupas ou penteados, mas que também poderiam se tornar modas de pensar, de sentir, de crer, de imaginar, e assim, subjetivas influírem sobre as demais. Freyre enaltecia o corpo da mulher brasileira, miscigenado, equilibrado de contrastes¹¹ e propunha uma consciência brasileira, dizendo que a mulher deveria seguir modas adaptadas ao clima tropical, em vez de seguir passivamente e, por vezes, grotescamente, modas de todo europeias ou americanas. Gilberto Freyre sugeria que as modas e os modismos também poderiam se tornar modas de pensar, de sentir, de crer, de imaginar, e assim, subjetivas, influírem sobre as demais modas.. (GOLBENBERG, 2010, p. 45)

Complementando sua análise, a antropóloga toma o conceito de imitação prestigiosa de Marcel Mauss, dizendo que é por meio da “imitação prestigiosa” que os indivíduos de cada cultura constroem seus corpos e comportamentos. (MAUSS, 1974, apud GOLDENBERG, 2010, p. 45) Para Mauss, o conjunto de hábitos, costumes, crenças e tradições que caracterizam uma cultura, também se refere ao corpo¹². Assim, há uma construção do corpo, com uma valorização de certos atributos e comportamentos em detrimentos de outros, fazendo com que haja um corpo típico para cada sociedade. Esse corpo, que pode variar de acordo com o contexto histórico e cultural, é adquirido pelos membros da sociedade por meio da imitação prestigiosa. Os indivíduos imitam atos, comportamentos e corpos que obtiveram êxito e que têm prestígio em sua cultura.¹³ As feministas também atribuem valor (simbólico) ao corpo e por isso lutam contra os comportamentos que aprisionam as mulheres a modelos de maternidade e de beleza (valor material), entre outros.

Sobre a relação do corpo com a roupa, Goldenberg (2011, p. 548) diz que pode-se pensar o corpo como sendo muito mais importante do que a roupa, pois ele é a verdadeira roupa: é o corpo que deve ser exibido, moldado, manipulado, trabalhado, costurado, enfeitado,

¹¹ A ideia de “contrários em equilíbrio” ou “equilíbrio de antagonismos” de Freyre permite enxergar melhor que, no Brasil, vivemos, por um lado, um dos momentos de maior independência e liberdades femininas mas, por outro lado, é também aquele em que se impõe à mulher brasileira um alto grau de controle ao corpo. (FREIRE, 2002, apud GOLDENBERG, 2010, p. 50) Esses momentos de liberdade podem ser relacionados com as práticas feministas.

¹² É com esta visão de cultura que podemos fazer articulações da categoria corpo com a de patrimônio imaterial.

¹³ No caso brasileiro, muitas das mulheres mais bem sucedidas, ricas e famosas, as mulheres “imitáveis” são aquelas que aparecem na televisão (atrizes, apresentadoras), que tem “o corpo” como o seu principal capital, ou uma de suas mais importantes riquezas. (GOLDENBERG, 2011, p 545)

escolhido, construído, produzido, imitado. É o corpo que entra e sai da moda. A roupa, neste caso, é apenas um acessório para a valorização e a exposição desse corpo da moda. Sua exibição e desnudamento públicos podem dar a impressão de um corpo mais livre, mas, na verdade, ele permanece prisioneiro a normas sociais internalizadas pelos indivíduos. Nessas normas sociais não estão incluídas a atitude das feministas que se desnudam, com os seios nus, em protesto, procurando chamar a atenção da mídia para suas causas¹⁴. Cabe lembrar que em outros momentos as feministas também protestaram com seus corpos: queimaram sutiãs (década de 1960), lançaram o slogan “nosso corpo nos pertence” (década de 1970). A prática regular, outro aspecto que caracteriza o patrimônio imaterial fortalece nossa suposição de que o conceito de patrimônio imaterial se aplica à compreensão do corpo como expressão de resistência pelo movimento feminista e aponta para possíveis articulações com o campo da memória social.

Para Pierre Bourdieu (1999, apud GOLDENBERG, 2010a, p. 49) a dominação masculina, que constitui as mulheres como objeto simbólico, tem por efeito colocá-las em permanente estado de insegurança corporal, ou melhor, de dependência simbólica. Sob o olhar dos outros experimentam constantemente a distância entre o corpo real, a que estão presas, e o corpo ideal, o qual procuram alcançar. É na categoria de corpo distintivo, do sociólogo francês, que Goldenberg apoia seu argumento central. Esse corpo, que pode variar de acordo com o contexto histórico e cultural, é adquirido pelos membros da sociedade por meio da imitação prestigiosa. Como afirmou Marcel Mauss (1974, apud GOLDENBERG, 2010, p. 45) é por meio da imitação prestigiosa, que os indivíduos de cada cultura constroem seus corpos e comportamentos. No Brasil, determinado modelo de corpo é um capital: um corpo jovem, magro, em boa forma, sexy; um corpo que distingue como superior aquele que o possui; um corpo conquistado com muito investimento financeiro, trabalho e sacrifício. (GOLDENBERG, 2010, p. 193)

Pode-se dizer que o corpo e tudo o que ele simboliza estimula nos brasileiros à conformação a um estilo de vida e a um código de conduta. A obediência a estas normas é recompensada pelo sentimento de pertencer a um grupo “superior”. O corpo é um valor em si,

¹⁴ Sejam as ativistas ucranianas do grupo feminista Femen que, em abril deste ano, subiram ao topo da catedral de Kiev para protestar com os seios nus contra um projeto de lei em tramitação no parlamento condenando todo tipo de aborto, sejam as mulheres brasileiras do grupo Tambores de Safo que tiraram a blusa durante a Marcha das Mulheres na Rio+20 reivindicando igualdade entre homens e mulheres e a legalização do aborto.

que simultaneamente identifica o indivíduo com um grupo e o distingue dos demais. Esse corpo malhado, esculpido e desenhado constitui uma espécie de prova de virtude. Sob a moralidade da boa forma, trabalhar o corpo é um ato preñado de significado.

A psicanalista inglesa Susie Orbach, em entrevista a Revista Veja, diz que considera o modelo de beleza (corpo perfeito, magro e esguio) um dos principais fatores que contribuem para a frustração em relação ao sexo:

A apologia do corpo perfeito é uma das mais cruéis fontes de frustração feminina dos nossos tempos. A obsessão pela magreza virou uma epidemia. Considero a busca do corpo perfeito um retrocesso no processo de emancipação feminina. Houve apenas um breve momento de progresso das mulheres nos anos 1970. Depois disso, elas começaram a recuar, escravizadas por um modelo inalcançável de beleza. Há uma ironia nesse fato: justamente em um tempo em que as mulheres dizem querer ganhar espaço, elas procuram ficar cada vez menores e mais esqueléticas. (ORBACH, 2000, apud GOLDENBERG, 2005)

Diante desse cenário, podemos dizer que a noção do corpo como capital também pode ser aplicada à utilização do corpo como prática simbólica pelas feministas na qualidade de instrumento de transgressão e protesto.

Considerações finais

Tendo em vista que a categoria patrimônio é considerada um instrumento analítico para entender a vida social e cultural no mundo atual, e o momento histórico em que houve uma efetiva retomada das discussões em torno dessa nova agenda patrimonial, quando se coloca em marcha um novo conceito de patrimônio cultural, conforme sinalizou Regina Abreu (2009, p. 14), entendemos que o corpo idealizado pelas feministas pode ser pensado como patrimônio imaterial. Considerando que a ênfase recai mais nos aspectos ideais e valorativos dessas formas de vida (lugares, festas, religiões, dança, culinária etc.) e a Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (UNESCO, 2003) entende o patrimônio cultural imaterial como práticas, representações, expressões; o corpo nas manifestações feministas representa formas de vida que elas idealizam. Mas que corpo é esse?

Nossa compreensão do corpo a partir da categoria desenvolvida por Mirian Goldenberg, que focalizando a discussão de gênero, estuda o corpo na qualidade de valor e capital (físico, simbólico e social) na cultura brasileira, foi decisiva para articularmos a categoria patrimônio. Gonçalves e Goldenberg adotam Marcel Mauss, que numa análise do seu projeto sociológico, pode-se dizer que todo seu esforço resultou em compreender como se constitui a vida social e como essa pode ser conhecida através de suas próprias peculiaridades. (TRIGUEIRO, 2006, p.16) Em patrimônio, Gonçalves, atentando para as múltiplas dimensões sociais e simbólicas, aponta para três características, inerentes ao conceito moderno de patrimônio. São elas: ressonância, que o corpo como bem social precisa articular a ligação do presente com o passado pela memória; materialidade, mesmo que intangível ou imaterial, e subjetividades, que podem ser identificadas concretamente nos discursos das feministas.

Então, se tomarmos a categoria corpo construída por Goldenberg como uma das peculiaridades da vida social, podemos através da noção de valor dizer que ambas as categorias adotam pensar o corpo como patrimônio imaterial das militantes que utilizam seus corpos como instrumento da luta feminista pela construção de um novo modelo que provoque uma imitação prestigiosa nas mulheres brasileiras (feministas ou não) não só no que diz respeito à estética mas, como disse Freire, se tornar modas de pensar, de sentir, de crer, de imaginar.

O elo entre as categorias patrimônio e corpo é a nossa concepção de memória no campo de lutas, pois considerando que ambas variam de acordo com o contexto histórico e cultural, é através da análise do discurso que poderemos identificar os possíveis deslizamentos.

Por fim, ressaltamos que a apropriação do conceito antropológico de cultura por Gonçalves e Goldenberg no campo do patrimônio e do corpo das mulheres revelou uma passagem importante para a nossa reflexão. Compartilhamos com ABREU (2009, p.34) de que a nova configuração do campo do patrimônio permite o surgimento dos chamados “patrimônios emergentes”, entre eles o imaterial ou intangível. Foi nos limites dessas correntes da antropologia cultural, quando adotamos a noção de fato social total de Mauss, que iremos refletir sobre a articulação das atitudes corporais das feministas com o conceito de patrimônio imaterial. Assim, esperamos estar contribuindo tanto para o movimento feminista quanto para o fortalecimento da nova agenda patrimonial.

Referências:

ABREU, Regina. “A emergência do patrimônio genético e a nova configuração do campo do patrimônio”, in: ABREU, R. E CHAGAS, M. (orgs.) Memória e Patrimônio – Ensaio Contemporâneos, 2ed, Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

ÁVILA, Maria Betânia. As mulheres no mundo do trabalho e a relação corpo e sujeito, Cadernos de Crítica Feminista, Ano V, n° 4, dez.2011, p. 48-71.

BELAS, Carla Arouca. Aspectos Legais do INRC – Relação com Legislações Nacionais e Acordos Internacionais, INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN, Belém, 31 de janeiro 2004.

CHAGAS, Mario. “Casas e portas da memória e do patrimônio”, in GONDAR, J. E DODEBEI, V, (orgs). O que é memória social?, Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/ Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2005.

Comunicado à Imprensa da Articulação de Mulheres Brasileiras e Tambores de Safo, 21/06/2012,
http://www.feminismo.org.br/livre/index.php?option=com_content&view=article&id=99993756:comunicado-a-imprensa-da-articulacao-de-mulheres-brasileiras-e-tambores-de-safo&catid=109:atencao", acesso 13/07/2012.

COURTINE, J.J. "O Chapéu de Clémentis". Trad. Brás. de Rodrigues, M.R. In Os múltiplos territórios da Análise de Discurso. F. Indursky e M. C. Leandro Ferreira (orgs). Porto Alegre, Ed. Sagra Luzzatto, 1999.

GOLDENBERG, Mirian. “A civilização das formas: O corpo como valor”, in GOLDENBERG, M... [ET AL.], Nu & vestido: dez antropólogos revelam a cultura do corpo carioca, 2ed, Rio de Janeiro: Record, 2007.

_____ Gênero, “o Corpo” e “Imitação Prestigiosa” na Cultura Brasileira, Saude soc. [online]. 2011, vol.20, n.3, pp. 543-553.

_____ “O corpo como capital”, in GOLDENBERG, M. (org.) O Corpo como capital: gênero, sexualidade e moda na cultura brasileira, 2d, São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2010a.

_____ O corpo como capital: Gênero, casamento e envelhecimento na cultura brasileira. REDIGE, Rio de Janeiro, v.1, n°1, oct 2010b.

_____ O Corpo como capital: para compreender a cultura brasileira. Arquivos em Movimento, v.2, n°2, jul/dez.2006.

_____ Corpo e dominação masculina na cultura brasileira. In: Fernando Cocchiarale; Viviane Matesco. (Org.). Corpo. Corpo. São Paulo: Itau Cultural, 2005, v., p. 119-126.

GONÇALVES, José Reginaldo dos Santos. “O Patrimônio como categoria do pensamento”, in: ABREU, R. e CHAGAS, M. (orgs.) Memória e Patrimônio – Ensaio Contemporâneos, 2ed, Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

_____ A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil, 2ed, Rio de Janeiro: Editora UFRJ: Iphan, 2002.

_____ Ressonância, Materialidade e Subjetividade: As Culturas como Patrimônios, Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 15-36, jan/jun 2005.

OLIVEN, Ruben George. Patrimônio Intangível: primeiras considerações, in ABREU, R. e CHAGAS, M. (orgs.). Memória e Patrimônio – Ensaio Contemporâneos, 2ed, Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

PORTELLA, Ana Paula. Corpo, Sexualidade e Reprodução, Recife, PE: SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia, 2009.

SILVA, Lucia. Trajetória de um conceito: Patrimônio entre a memória e a história, Mosaico – Revista Multidisciplinar de Humanidades, Vassouras, v. 1, n. 1, p. 36-42, jan./jun., 2010.

SOIHET, RACHEL. “A conquista do espaço público”, in PINSKY, C.B. e PEDRO, J.M. (orgs.) Nova História das Mulheres, São Paulo, SP: Contexto, 2012.

TRIGUEIRO, Aline. Uma análise introdutória à noção de *fato social total* em Marcel Mauss, Augustus, Rio de Janeiro, Vol. 08, n. 17, Jul./Dez., 2003.

UNESCO. Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial. Documento originalmente publicado pela UNESCO sobre o título Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage, Paris, 17 October 2003. Tradução feita pelo Ministério das

Relações Exteriores, Brasília, 2006.